

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2016)

3º Trimestre de 2019

Capacidade de financiamento da economia diminuiu para 0,3% do PIB

A economia portuguesa apresentou uma capacidade de financiamento de 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano acabado no 3º trimestre de 2019 (0,5% no 2º trimestre de 2019). Esta redução refletiu o agravamento do saldo negativo das transações de bens e serviços com o exterior.

A Poupança da economia Portuguesa e a Formação Bruta de Capital (FBC) registaram taxas de variação de 1,5% e 2,2%, respetivamente, no ano terminado no 3º trimestre de 2019. A taxa de investimento do setor das Sociedades Não Financeiras atingiu 25,8%, mais 0,1 pontos percentuais (p.p.) que no trimestre anterior.

A capacidade de financiamento das Famílias aumentou ligeiramente, para 1,2% do PIB, no 3º trimestre de 2019, mais 0,1 p.p. que no trimestre anterior. A taxa de poupança aumentou para 6,2% do rendimento disponível, refletindo sobretudo o crescimento de 0,9% do rendimento disponível, superior em 0,2 p.p. ao aumento do consumo final.

Em percentagem do PIB, o saldo das Administrações Públicas (AP) foi nulo no ano terminado no 3º trimestre de 2019. Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP foi positivo no 3º trimestre de 2019, situando-se em cerca de 2 461,3 milhões de euros (4,6% do PIB), o que compara com 5,4% em igual período do ano anterior. No conjunto dos três primeiros trimestres de 2019, o saldo das AP foi também positivo correspondendo a 1,0% do PIB (0,4% em igual período do ano anterior).

Introdução

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) do 3º trimestre de 2019.

Os agregados das CTSI estão expressos exclusivamente em termos nominais e não estão ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário. Os resultados são apresentados para o total da economia e com detalhe por setor institucional:

- Sociedades Não Financeiras;
- Sociedades Financeiras;
- Administrações Públicas;
- Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF);
- Resto do Mundo.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite

eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente. Devido a arredondamentos, a soma das parcelas dos indicadores económicos apresentados pode não coincidir com o resultado para o total da economia.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais

Capacidade de financiamento da economia atingiu 0,3% do PIB

A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 0,3% do PIB no ano acabado no 3º trimestre de 2019, inferior em 0,2 pontos percentuais (p.p.) à registada no trimestre anterior. Este comportamento resultou fundamentalmente do agravamento do saldo negativo das transações de bens e serviços com o exterior, com as importações a crescerem mais que as exportações (1,3% e 0,8%, respetivamente).

O PIB e o Rendimento Nacional Bruto (RNB) registaram variações de 0,9% e 1,0%, respetivamente. O maior crescimento do RNB refletiu a redução do saldo negativo dos rendimentos de propriedade com o exterior, que representou -2,7% do PIB, no 3º trimestre de 2019. Os rendimentos de propriedade pagos e recebidos com o exterior registaram variações de -5,6% e -8,8%, respetivamente.

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) cresceu 1,0%, variação superior em 0,2 p.p. à da despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP), determinando um aumento de 1,5% da poupança bruta (2,5% no trimestre anterior). A poupança da economia representou 18,6% do PIB no 3º trimestre de 2019 (18,5% no trimestre anterior).

Quadro 1: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2016T1	181 554	1,0	177 287	1,4	180 632	1,3
2016T2	183 123	0,9	178 445	0,7	182 196	0,9
2016T3	184 778	0,9	179 803	0,8	183 535	0,7
2016T4	186 490	0,9	181 960	1,2	185 549	1,1
2017T1	188 425	1,0	183 867	1,0	188 012	1,3
2017T2	190 776	1,2	186 006	1,2	190 065	1,1
2017T3	193 088	1,2	188 349	1,3	192 707	1,4
2017T4	195 947	1,5	191 348	1,6	195 931	1,7
2018T1	197 864	1,0	193 706	1,2	198 147	1,1
2018T2	199 619	0,9	195 565	1,0	200 123	1,0
2018T3	201 643	1,0	197 408	0,9	202 035	1,0
2018T4	203 896	1,1	199 411	1,0	204 006	1,0
2019T1	205 817	0,9	201 012	0,8	205 511	0,7
2019T2	207 553	0,8	203 245	1,1	207 812	1,1
2019T3	209 392	0,9	205 264	1,0	209 814	1,0

Quadro 2 - Poupança e Capacidade (+)/Necessidade(-) de Financiamento Un.:% do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Formação Bruta de Capital	Capacidade(+)/Necessidade(-) Líquida de Financiamento
2016T1	16,2	1,1	16,2	1,2
2016T2	16,4	1,0	16,0	1,4
2016T3	16,5	1,0	16,0	1,6
2016T4	16,5	0,9	15,8	1,5
2017T1	16,8	0,9	15,9	1,9
2017T2	17,0	0,9	16,4	1,6
2017T3	17,7	0,8	16,8	1,8
2017T4	18,2	0,8	17,2	1,8
2018T1	18,6	0,8	17,6	1,8
2018T2	18,7	0,8	17,6	1,9
2018T3	18,7	0,8	17,9	1,8
2018T4	18,3	0,9	18,1	1,2
2019T1	18,2	0,9	18,7	0,5
2019T2	18,5	0,8	19,0	0,5
2019T3	18,6	0,8	19,2	0,3

O crescimento de 2,2% da Formação Bruta de Capital (FBC) superou o da poupança bruta, verificando-se uma redução da capacidade de financiamento para 0,3% do PIB (0,5% no trimestre anterior).

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional.

As AP apresentaram um saldo positivo de 3,6 milhões de euros no ano acabado no 3º trimestre de 2019, que compara com uma capacidade de financiamento de 0,2% do PIB no trimestre anterior. Esta ligeira redução do saldo refletiu sobretudo o aumento do consumo público, que registou uma taxa de variação de 1,3% (0,8% no trimestre anterior).

O saldo negativo das Sociedades Não Financeiras (SNF) estabilizou em -4,0% do PIB, tendo a despesa de capital e a poupança apresentado aumentos semelhantes. A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras diminuiu ligeiramente, de 3,1% para 3,0% do PIB, enquanto a capacidade de financiamento das Famílias aumentou para 1,2% do PIB (1,1% no trimestre anterior).

O saldo externo de bens e serviços foi negativo pelo 3º trimestre consecutivo, fixando-se em -0,8% do PIB no 3º trimestre de 2019 (ver gráfico 2).

Gráfico 1 - Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)

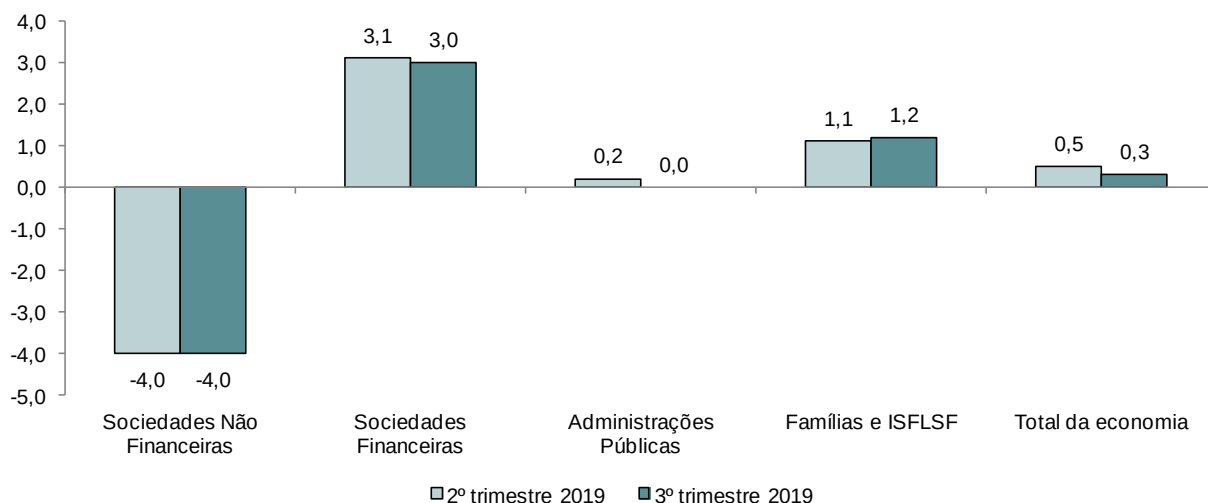
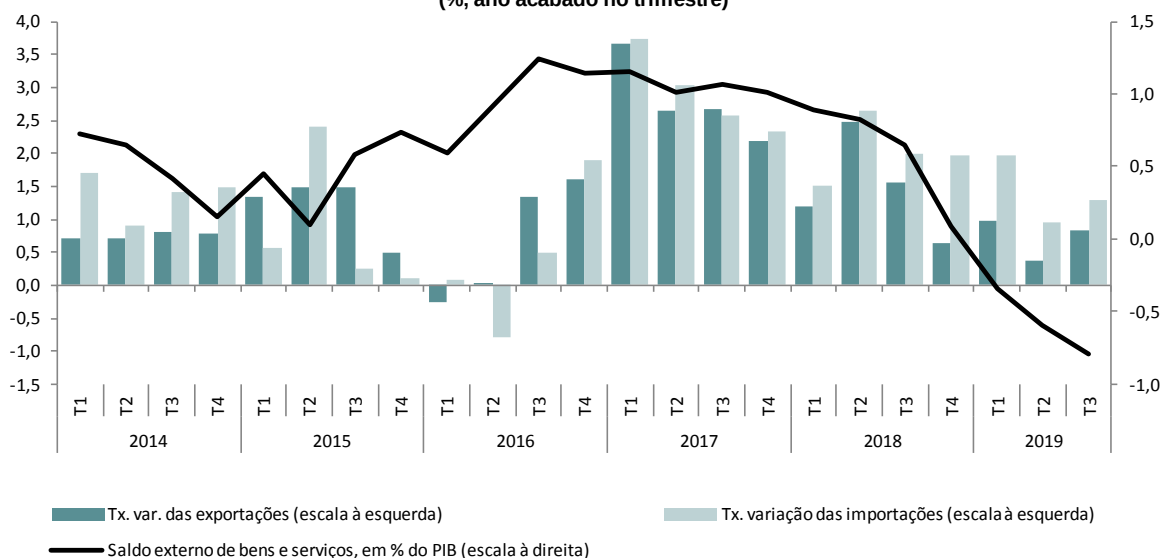


Gráfico 2 - Saldo externo de bens e serviços (%; ano acabado no trimestre)



Famílias: capacidade de financiamento situou-se em 1,2% do PIB

A capacidade de financiamento das Famílias situou-se em 1,2% do PIB no ano acabado no 3º trimestre de 2019, mais 0,1 p.p. que no trimestre anterior, refletindo

um aumento da poupança corrente superior ao da FBC (3,1% e 1,8%, respetivamente).

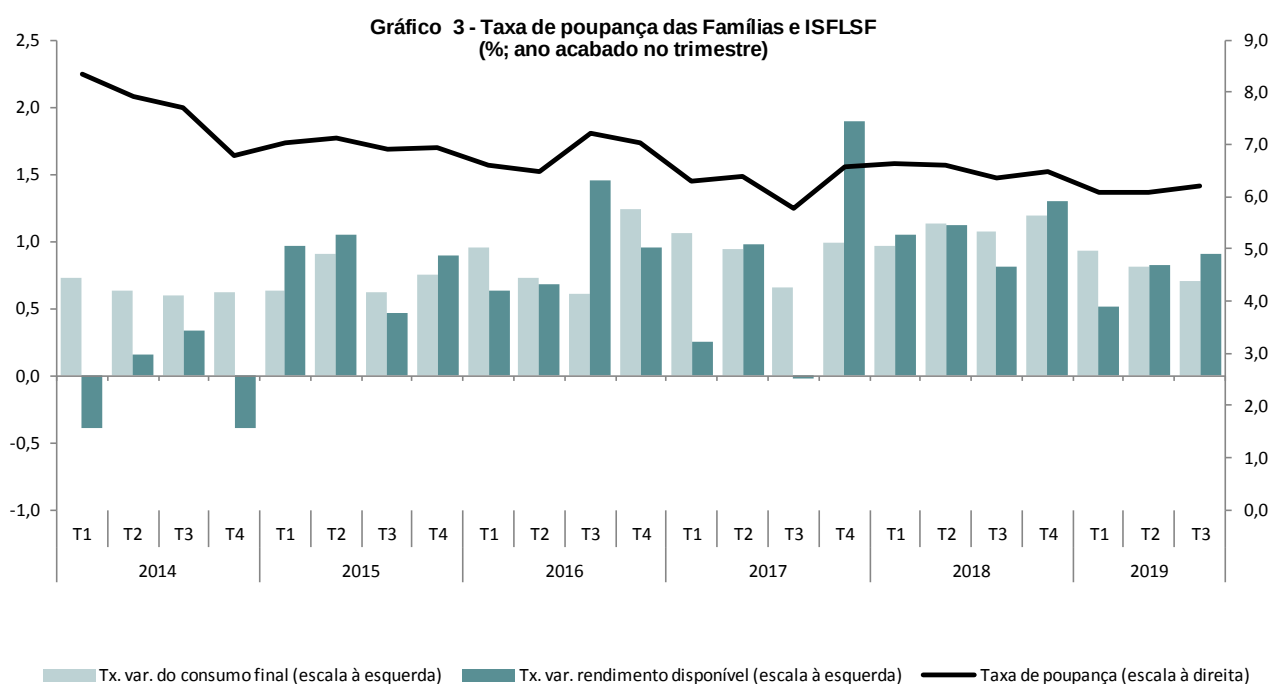
No gráfico 3 apresentam-se a taxa de poupança e as taxas de variação do rendimento disponível e da despesa de consumo final. Como se observa, a taxa de poupança das Famílias aumentou ligeiramente, para

6,2% do rendimento disponível (6,1% no trimestre anterior), resultante do aumento do rendimento disponível (0,9%) superior em 0,2 p.p. ao crescimento da despesa de consumo final.

A evolução do rendimento disponível das Famílias foi determinada pelo crescimento de 1,1% das

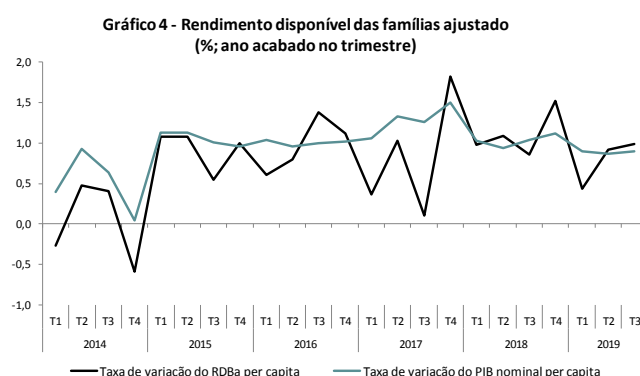
remunerações recebidas, que explicam 0,7 p.p. do aumento do rendimento (ver quadro 3).

O investimento (Formação Bruta de Capital Fixo) das Famílias registou uma taxa de variação de 1,8% no 3º trimestre de 2019 (1,7% no trimestre anterior).



O RDB das famílias ajustado (RDB_a) *per capita* fixou-se em 16,0 mil euros no 3º trimestre de 2019, o que correspondeu a um crescimento de 1,0% face ao trimestre anterior, 0,1 p.p. superior à taxa de variação do PIB nominal *per capita*.

Note-se que o RDB ajustado difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços que são adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF e que se destinam ao consumo das Famílias¹.



¹ Como sejam, por exemplo, comparticipações na aquisição de medicamentos pelas famílias.

Quadro 3: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (p.p., ano acabado no trimestre)

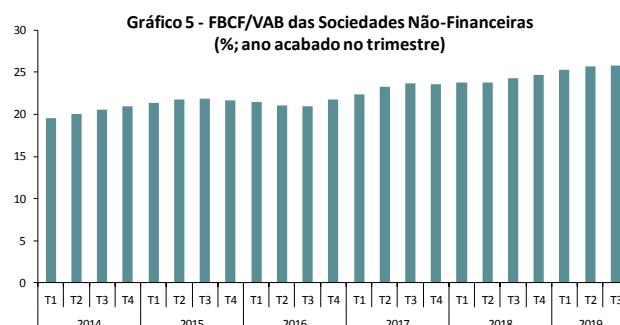
	Remunerações	Excedente bruto de Exploração	Saldo dos rendimentos de propriedade	Prestações sociais	Outras transferências correntes	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...+(5) - (6)
2018T1	0,6	0,3	0,0	0,0	0,2	0,1	1,0
2018T2	0,8	0,3	0,2	-0,1	-0,1	-0,1	1,1
2018T3	0,7	0,3	0,2	-0,1	0,0	0,3	0,8
2018T4	1,3	0,2	-0,3	0,3	0,0	0,2	1,3
2019T1	0,7	0,2	-0,2	-0,1	0,0	0,1	0,5
2019T2	0,7	0,2	-0,2	0,0	0,1	0,0	0,8
2019T3	0,7	0,2	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,9

Sociedades Não Financeiras: necessidade de financiamento situou-se em 4,0% do PIB

A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras manteve-se em 4,0% do PIB no ano acabado no 3º trimestre de 2019. A poupança aumentou em 1,7% (tinha diminuído no trimestre anterior), enquanto o investimento desacelerou de 2,2% no trimestre anterior para 1,3%. A taxa de investimento (medida através do rácio entre o investimento e o VAB) aumentou para 25,8%.

As remunerações pagas pelo setor registaram uma taxa de variação de 1,2%, superior ao aumento de 0,9% do VAB.

Refletindo o comportamento do VAB e das remunerações o Excedente Bruto de Exploração aumentou 0,5%. A taxa de margem operacional do setor atingiu 26,3% (menos 0,3 p.p. que no trimestre anterior)².



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento situou-se em 3,0% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras diminuiu ligeiramente, para 3,0% do PIB (3,1% no trimestre anterior). A poupança bruta do setor registou um aumento de 1,1% no 3º trimestre de 2019, inferior ao aumento do investimento, determinando a redução do saldo do setor.

Setor das Administrações Públicas: saldo diminuiu em 0,2 p.p. do PIB

No ano terminado no 3º trimestre de 2019, o setor das AP registou um saldo nulo (0,0%) em percentagem do PIB, o que traduz uma diminuição de 0,2 p.p. relativamente ao ano acabado no trimestre anterior. Esta diminuição foi determinada por um aumento da

² Rácio entre o excedente de exploração e o valor acrescentado (deduzidos do consumo de capital fixo) e corresponde à percentagem de valor criado que se destina à remuneração dos recursos financeiros aplicados nas empresas.

despesa superior ao da receita, com variações de 1,1% e 0,6%, respetivamente (ver quadros 4 e 5).

O crescimento da despesa manifestou-se nas suas duas componentes: despesa de capital que aumentou 2,8% e despesa corrente que cresceu 0,9%. O comportamento da despesa corrente resultou do efeito combinado da diminuição de 2,6% dos encargos com juros e do aumento das restantes componentes, nomeadamente, prestações sociais (1,1%), despesas com pessoal (1,1%), consumo intermédio (0,7%), subsídios (9,2%) e outra despesa corrente (2,4%).

A receita total registou uma variação positiva de 0,6% no ano terminado no 3º trimestre de 2019 devido ao aumento de 0,8% da receita corrente que mais que compensou a diminuição de 16,7% da receita de capital. O comportamento da receita corrente resultou dos aumentos dos impostos sobre a produção e importação (0,4%), das contribuições sociais (1,7%), das vendas (0,7%) e da outra receita corrente (3,6%). Refira-se ainda a ligeira diminuição da receita dos impostos sobre o rendimento e património em 0,1%, devido ao aumento nos encargos por parte do Estado (em particular reembolsos), uma vez que a receita bruta destes impostos aumentou no mesmo período. A diminuição da receita de capital resulta do efeito de base da recuperação de créditos do BPP registada no terceiro trimestre de 2018.

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP foi positivo no 3º trimestre de 2019, atingindo 2 461,3 milhões de euros, 4,6% do PIB, o que compara com 5,4% em igual período do ano anterior, conforme pode verificar-se no quadro 6.

Face ao trimestre homólogo, no 3º trimestre de 2019 verificou-se um aumento quer da despesa total (4,3%), quer da receita total (2,3%).

No lado da despesa, registou-se um crescimento de 3,7% da despesa corrente, resultante de acréscimos nas prestações sociais (4,3%), despesas com pessoal (5,1%), consumo intermédio (2,8%), subsídios (46,9%) e outra despesa corrente (10,8%) e da diminuição de 9,6% nos encargos com juros. Apesar da diminuição de 0,3% no investimento, o conjunto da despesa de capital aumentou 14,6%.

No que diz respeito à receita, a receita corrente cresceu 3,0%, em resultado do aumento dos impostos sobre a produção e a importação (1,6%), das contribuições sociais (7,0%), das vendas (3,0%) e da outra receita corrente (19,7%), tendo diminuído a receita dos impostos sobre o rendimento e património (0,4%). A receita de capital registou uma diminuição de 47,9%, justificada pela recuperação de créditos do BPP no trimestre homólogo enunciada anteriormente.

Quadro 4: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: 10⁶ euros

	2018T1	2018T2	2018T3	2018T4	2019T1	2019T2	2019T3
Receita total	83 497,7	84 073,2	86 087,5	87 695,1	88 707,0	89 783,8	90 364,8
Receita corrente	82 775,8	83 427,9	85 278,7	86 866,5	87 857,3	88 909,9	89 637,2
Impostos sobre o rendimento e património	19 507,7	19 293,8	20 314,3	20 680,7	20 908,6	20 811,7	20 780,8
Impostos sobre a produção e importação	29 629,7	29 848,1	30 406,3	30 955,8	31 254,7	31 646,8	31 781,5
Contribuições sociais	22 864,6	23 125,1	23 311,5	23 835,4	24 093,8	24 479,0	24 885,1
Vendas	6 855,0	6 930,8	7 058,3	7 129,4	7 321,3	7 431,1	7 486,4
Outra receita corrente	3 918,7	4 230,1	4 188,3	4 265,2	4 278,9	4 541,4	4 703,3
Receita de capital	721,9	645,3	808,8	828,6	849,7	873,8	727,6
Despesa total	84 998,5	86 133,7	86 380,7	88 606,0	88 998,2	89 410,7	90 361,2
Despesa corrente	80 399,6	80 296,9	80 390,5	82 297,3	82 672,3	83 184,2	83 962,8
Prestações sociais	36 028,1	36 035,1	36 081,6	37 098,7	37 343,5	37 663,3	38 093,9
Despesas com pessoal	21 303,7	21 198,9	21 201,0	21 835,2	22 019,2	22 223,1	22 478,0
Juros	7 270,1	7 144,1	6 987,6	6 897,8	6 808,7	6 755,0	6 582,6
Consumo intermédio	10 570,5	10 735,8	10 907,5	11 067,4	10 957,7	10 962,2	11 039,6
Subsídios	836,8	823,3	793,0	750,5	756,7	770,2	840,9
Outra despesa corrente	4 390,3	4 359,6	4 419,7	4 647,7	4 786,6	4 810,3	4 927,8
Despesa de capital	4 598,8	5 836,8	5 990,2	6 308,8	6 325,9	6 226,5	6 398,4
Investimento ⁽¹⁾	3 520,1	3 725,3	3 893,9	3 957,9	3 944,8	3 727,3	3 724,7
Outra despesa de capital	1 078,8	2 111,5	2 096,3	2 350,9	2 381,1	2 499,2	2 673,7
Saldo corrente	2 376,2	3 131,0	4 888,2	4 569,3	5 185,0	5 725,8	5 674,4
Saldo total	-1 500,8	-2 060,5	- 293,2	- 910,9	- 291,2	373,1	3,6
<i>Por Memória:</i>							
Despesa corrente primária	73 129,5	73 152,8	73 402,9	75 399,4	75 863,5	76 429,1	77 380,2
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	197 864,2	199 619,4	201 642,9	203 896,2	205 817,3	207 553,4	209 391,8
Défice em % PIB	-0,8%	-1,0%	-0,1%	-0,4%	-0,1%	0,2%	0,0%

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 5: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: %

	2018T1	2018T2	2018T3	2018T4	2019T1	2019T2	2019T3
Receita total	0,5	0,7	2,4	1,9	1,2	1,2	0,6
Receita corrente	0,5	0,8	2,2	1,9	1,1	1,2	0,8
Impostos sobre o rendimento e património	0,5	-1,1	5,3	1,8	1,1	-0,5	-0,1
Impostos sobre a produção e importação	1,6	0,7	1,9	1,8	1,0	1,3	0,4
Contribuições sociais	0,8	1,1	0,8	2,2	1,1	1,6	1,7
Vendas	0,4	1,1	1,8	1,0	2,7	1,5	0,7
Outra receita corrente	-8,8	7,9	-1,0	1,8	0,3	6,1	3,6
Receita de capital	0,6	-10,6	25,3	2,4	2,5	2,8	-16,7
Despesa total	-4,4	1,3	0,3	2,6	0,4	0,5	1,1
Despesa corrente	0,0	-0,1	0,1	2,4	0,5	0,6	0,9
Prestações sociais	0,0	0,0	0,1	2,8	0,7	0,9	1,1
Despesas com pessoal	-0,4	-0,5	0,0	3,0	0,8	0,9	1,1
Juros	-1,7	-1,7	-2,2	-1,3	-1,3	-0,8	-2,6
Consumo intermédio	0,0	1,6	1,6	1,5	-1,0	0,0	0,7
Subsídios	1,7	-1,6	-3,7	-5,4	0,8	1,8	9,2
Outra despesa corrente	5,1	-0,7	1,4	5,2	3,0	0,5	2,4
Despesa de capital	-46,1	26,9	2,6	5,3	0,3	-1,6	2,8
Investimento ⁽¹⁾	1,0	5,8	4,5	1,6	-0,3	-5,5	-0,1
Outra despesa de capital	-78,6	95,7	-0,7	12,1	1,3	5,0	7,0

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 6: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	3º trimestre de 2018		3º trimestre de 2019		Variação em valor (%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receita total	24 905,2	47,9	25 486,3	47,4	2,3
Receita corrente	24 600,1	47,3	25 327,4	47,1	3,0
Impostos sobre o rendimento e património	7 919,3	15,2	7 888,4	14,7	- 0,4
Impostos sobre a produção e importação	8 267,0	15,9	8 401,7	15,6	1,6
Contribuições sociais	5 771,0	11,1	6 177,1	11,5	7,0
Vendas	1 820,5	3,5	1 875,8	3,5	3,0
Outra receita corrente	822,4	1,6	984,4	1,8	19,7
Receita de capital	305,1	0,6	158,9	0,3	- 47,9
Despesa total	22 074,5	42,5	23 025,0	42,8	4,3
Despesa corrente	20 894,2	40,2	21 672,9	40,3	3,7
Prestações sociais	10 071,6	19,4	10 502,1	19,5	4,3
Despesas com pessoal	4 990,2	9,6	5 245,1	9,7	5,1
Juros	1 802,3	3,5	1 629,9	3,0	- 9,6
Consumo intermédio	2 796,4	5,4	2 873,8	5,3	2,8
Subsídios	150,8	0,3	221,5	0,4	46,9
Outra despesa corrente	1 083,0	2,1	1 200,5	2,2	10,8
Despesa de capital	1 180,2	2,3	1 352,1	2,5	14,6
Investimento ⁽¹⁾	1 020,1	2,0	1 017,5	1,9	- 0,3
Outra despesa de capital	160,1	0,3	334,6	0,6	109,0
Saldo corrente	3 705,9	7,1	3 654,5	6,8	
Saldo total	2 830,7	5,4	2 461,3	4,6	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

O quadro 7 sintetiza os principais ajustamentos efetuados na passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. Comparando o 3º trimestre de 2019 com o período homólogo do ano anterior, verifica-se uma diminuição em ambos os saldos. O valor das injeções de capital e assunção de dívidas foi, na sua quase totalidade, destinado a entidades do sector das AP, não afetando, por motivos de consolidação, o saldo das AP. As

restantes diferenças registadas entre estas duas óticas estão associadas ao ajustamento da delimitação setorial do setor das AP e ao ajustamento temporal de impostos e contribuições. Recorde-se que os impostos e as contribuições sociais, na passagem de contabilidade pública a contabilidade nacional, incluem um ajustamento temporal que visa aproximar o período de registo da receita do período em que se gerou a obrigação de pagamento.

Quadro 7: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

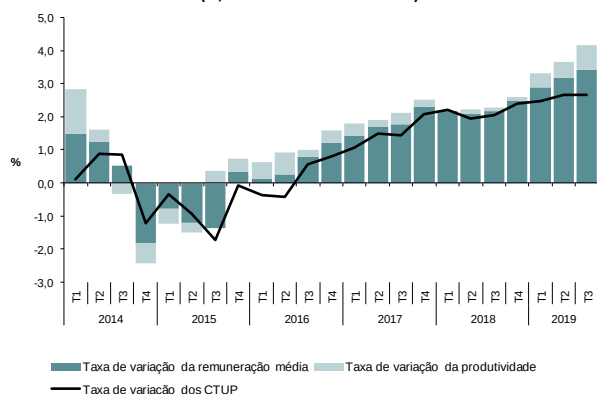
	Unidade: 10 ⁶ euros	
	2018T3	2019T3
Saldo em contabilidade pública:	3 863,4	3 274,2
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	24,6	395,6
Diferença entre juros pagos e devidos	- 834,5	- 737,0
Outros valores a receber:	- 332,6	- 264,4
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	- 144,9	- 173,4
<i>Outros</i>	- 187,7	- 91,1
Outros valores a pagar:	182,0	33,6
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	29,9	- 18,4
<i>Outros</i>	152,1	51,9
Outros ajustamentos:	- 72,2	- 240,7
<i>dos quais:</i>		
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	- 37,7	- 286,0
Saldo em contabilidade nacional:	2 830,7	2 461,3
PIB ⁽¹⁾	51 976,3	53 814,7
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	5,4%	4,6%

⁽¹⁾ Dados não ajustados de sazonalidade e de efeitos de calendário

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentaram 2,7%

No ano acabado no 3º trimestre de 2019, os CTUP registaram um aumento de 2,7%, taxa idêntica à verificada no trimestre anterior. O crescimento dos CTUP foi determinado por um aumento da remuneração média superior ao da produtividade.

**Gráfico 6 - Taxa de variação dos CTUP
(%; ano acabado no trimestre)**



Revisões das estimativas anteriores

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Assim, comparativamente com a publicação anterior referente ao 2º trimestre de 2019, é de destacar a incorporação das revisões das contas trimestrais para o total da economia. Note-se que os resultados para o total da economia diferem dos publicados a 29 de novembro passado, em particular em termos nominais, refletindo a incorporação de nova informação relativa ao comércio externo e consumo público.

Adicionalmente foram também integradas as versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal.

Notas metodológicas

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por não serem ajustadas de sazonalidade. Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (ou Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) (P.5) inclui a FBCF, a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.